



**TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO Nº. 001/2021**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2021**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 12256/2020**

**TERMO DE PERMISSÃO  
REMUNERADA DE USO, QUE  
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO  
DE SAQUAREMA E O SR. JOSÉ  
NUNES NETO, NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE SAQUAREMA**, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 32.147.670/0001-21, com sede na Rua Coronel Moreira, 77 – Centro, Saquarema/RJ, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Receita e Tributação, Sr. **Hailson Alves Ramalho**, doravante denominado **PERMITENTE**, e do outro lado o Sr. **JOSÉ NUNES NETO**, brasileiro, comerciante, estabelecido na Rua 13, Lote 21, Qd. 2011, Jaconé – Saquarema/RJ, portador da Carteira de Identidade nº. 045274990 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 514.324.987-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, com base nos dispositivos da Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal n. 8666/93, celebram o presente TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO, em decorrência do julgamento do Chamamento Público nº 003/2021, constante dos autos do Processo Administrativo nº 12256/2020, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente Edital a OUTORGA DE TERMO DE PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO, do espaço físico – **QUIOSQUE Nº 01** – situado na Orla de Jaconé, em frente da Rua 96, destinado à exploração comercial das atividades de restaurante e/ou lanchonete, incluindo todas as etapas indispensáveis à elaboração/preparo dos alimentos e serviços de atendimento, com área de 55,00 m², com especificações contidas no respectivo Edital, seu Termo de Referência e demais anexos do procedimento administrativo nº. 12256/2020.



## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

**2.1.** O prazo de vigência do Termo de Permissão Remunerada de Uso é de **5 (cinco) anos**, contados a partir da entrega das chaves.

**2.2.** O PERMISSIONÁRIO deverá iniciar o funcionamento de suas atividades em até **30 (trinta) dias** após a entrega das chaves.

**2.3.** A presente permissão de uso tem caráter precário, podendo ser revogada a critério da Administração Municipal independente do prazo disposto no item 2.1.

**2.4.** Decorrida a execução do prazo acima indicado e da eventual prorrogação, poderá ser autorizada a renovação em caso de interesse do PERMITENTE, por igual período.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

**3.1.** Pela outorga da permissão de uso, o PERMISSIONÁRIO pagará, mensalmente, o valor de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**. O valor referido será fixo e irrevogável, por 365 (trezentos e sessenta cinco) dias consecutivos, após o que, será reajustado através do IGP-M, sempre anualmente.

**3.2.** Não se incluem no valor disposto no item anterior as despesas decorrentes quanto às adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades, tributos que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel e sobre as atividades nele desenvolvidas, assim como despesas para instalação de telefone, energia elétrica, água e de qualquer outro serviço utilizado, que serão integralmente arcadas pelo PERMISSIONÁRIO.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

**4.1.** Fica obrigada o PERMISSIONÁRIO a realizar o pagamento das parcelas mensais decorrentes da Permissão Remunerada de Uso, através de transferência bancária identificada, em favor da Prefeitura de Saquarema, em conta corrente específica, em banco a ser definido pela SMART.

**4.2.** O pagamento das parcelas mensais decorrentes da outorga da permissão de uso deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente após a entrega das chaves.

**4.3.** Nas parcelas que não forem quitadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da utilização do imóvel, incidirão a partir do 1º dia de atraso:

a) juros de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia, até o dia do efetivo pagamento, sobre o valor da obrigação não cumprida;

b) multa de 2% (dois por cento) incidente sobre o valor da obrigação não cumprida, até o trigésimo dia de atraso;

**4.4.** O atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas, consecutivas ou intercaladas, referente à permissão de uso, implicará na adoção das medidas cabíveis pelo PERMITENTE visando à revogação do termo, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

**4.5.** Não será admitido, em qualquer hipótese, prazo de carência para efetivação do primeiro pagamento, salvo situações de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e avaliados pelo PERMITENTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **5.1. Obrigações do PERMITENTE:**

**5.1.1.** Disponibilizar o acesso ao imóvel objeto deste Termo de Permissão, imediatamente após a entrega das chaves, de forma que o PERMISSIONÁRIO possa realizar as adaptações e acabamentos necessários, a seu encargo, para o início dos serviços propostos;

**5.1.2.** Registrar as irregularidades constatadas em ato de fiscalização, cientificando a autoridade competente para as providências pertinentes, e notificar o PERMISSIONÁRIO para pronta regularização;

**5.1.3.** Notificar imediatamente o PERMISSIONÁRIO em débito com suas obrigações contratuais por período superior a 30 (trinta) dias, para que quite seu débito.

**5.1.3.1.** O atraso no pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas ou intercaladas, das mensalidades devidas implicará na adoção das medidas cabíveis pelo PERMITENTE, visando à revogação do termo;

**5.1.4.** Notificar o PERMISSIONÁRIO imediatamente após constatar descumprimento de alguma das obrigações contratuais, fixando um prazo para que a mesma promova as diligências/correções necessárias.

##### **5.2. Obrigações do PERMISSIONÁRIO**

- I. Utilizar o imóvel cujo uso lhe é permitido de acordo com as especificações e condições apresentadas pelo PERMITENTE, contidas neste instrumento, sendo vedada a utilização de áreas

que não se encontrem limitadas neste Termo;

- II. Adequar e equipar o espaço físico, bem como realizar as adaptações e acabamentos necessários para o início das atividades, no prazo de até 30 (trinta) após a entrega das chaves, com as condições e características necessárias e indispensáveis para realizar plenamente suas atividades, de acordo com as normas vigentes para o funcionamento do estabelecimento;
- III. Pagar, pontualmente, as mensalidades pela outorga de uso, bem como os tributos e contribuições incidentes, sendo que o atraso do pagamento de 02 (duas) parcelas, consecutivas ou intercaladas, poderá implicar a revogação do termo;
- IV. Não ceder ou transferir a terceiros, a qualquer título, a Permissão objeto deste Termo, nem emprestar ou sublocar, no todo ou em parte, seja de forma gratuita ou onerosa, ou sob qualquer forma que permita a terceiros o uso desta, ainda que tenha a mesma finalidade;
- V. Não promover modificação da finalidade ou da estrutura societária que prejudique a execução do termo, desde que previamente submetida ao PERMITENTE para análise e aceite, com a verificação do interesse público e mantidas as condições de exigências contratuais;
- VI. Cumprir e fazer cumprir as instruções e ordens de serviço determinadas pelo PERMITENTE, respondendo por seus atos e pelos de seus prepostos e empregados, que impliquem em inobservância deste dispositivo;
- VII. Manter a exploração da atividade comercial durante toda a semana, pelo período mínimo de 8 h/dia, observando o horário de início e término do funcionamento do Quiosque que é de 08:00 às 24:00;
- VIII. Manter as características físicas da construção, submetendo previamente à apreciação e aprovação escrita do PERMITENTE – que poderá vetar parcial ou totalmente – qualquer modificação que se pretenda fazer nas instalações externas e internas do imóvel objeto desta permissão, bem como reforma e/ou alteração compreendendo benfeitorias, decoração, móveis, equipamentos, acessórios de iluminação e outros;
- IX. As benfeitorias aprovadas pelo PERMITENTE serão incorporadas ao imóvel, à exceção daquelas que possam ser retiradas sem prejuízo para este, não cabendo ao PERMISSSIONÁRIO qualquer direito à indenização ou retenção, findo o termo;
- X. Não será permitida a utilização do bem público concedido para uso diferente do qual foi selecionado, garantindo-se as demais exigências pactuadas, sob pena de revogação do termo;
- XI. Não utilizar alto-falante e/ou congênere, cujo som ou ruído produzido supere o permitido pela Lei Nº 27/2013 (Código de Posturas Municipal);
- XII. Não guardar ou depositar produtos inflamáveis, explosivos, corrosivos, tóxicos ou de forte odor.
- XIII. Transferir para sua responsabilidade a titularidade das contas referentes ao fornecimento de energia e água no prazo, impreterível, de 30 (trinta) dias após a entrega das chaves do termo;

- XIV. Adotar as providências adequadas em relação a qualquer empregado cujo procedimento, a critério do PERMITENTE, for considerado inconveniente, fato este detectado a partir da fiscalização realizada pela PMS;
- XV. Manter seus empregados devidamente uniformizados e em perfeitas condições de higiene e saúde.
- XVI. Manter o ambiente limpo e organizado.
- XVII. Indicar e qualificar preposto da empresa através de procuração para atuar durante a vigência do Termo com poderes específicos para receber em nome do PERMISSIONÁRIO notificações e intimações emitidas pelo PERMITENTE;
- XVIII. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos ao PERMITENTE, sempre que lhe forem solicitadas;
- XIX. Manter em local de fácil visualização, aviso aos usuários em que conste o nome do órgão fiscalizador dos serviços, bem como o e-mail a ser contatado no caso de reclamações, qual seja: **pms@saquarema.rj.gov.br**;
- XX. O PERMISSIONÁRIO pode, a seu critério, distribuir ao redor do quiosque jogos de mesa em MADEIRA – cada jogo composto por 1 (uma) mesa **com Ombrelone** e 4 (quatro) cadeiras – limitado ao número máximo de 8 (oito) jogos;
- XXI. O PERMISSIONÁRIO não poderá instalar ou armazenar nenhum equipamento, utensílio ou produto na área externa do Quiosque, exceto quando houver prévia e expressa autorização do PERMITENTE;
- XXII. Manifestar-se por escrito a qualquer reclamação de usuário que for encaminhada pelo PERMITENTE;
- XXIII. O PERMISSIONÁRIO não poderá criar ou alojar animais domésticos no Quiosque;
- XXIV. Cumprir as normas legais federais, estaduais e municipais, notadamente aquelas relativas à legislação urbana, ambiental e sanitária, registros de inspeção trabalhista, providenciando licenças e alvarás exigidos na forma da Lei, mantendo-os atualizados e em locais visíveis e de fácil identificação;
- XXV. Responder por todas as despesas com pessoal para exercício das suas atividades, honrando todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, de acordo com a legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o PERMITENTE;
- XXVI. Arcar com todas as despesas decorrentes da instalação de telefone e de qualquer outro serviço utilizado, assim como custos como impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais que incidam direta ou indiretamente sobre o imóvel, bem como as atividades econômicas nele desenvolvidas, que serão integralmente arcadas pelo PERMISSIONÁRIO;
- XXVII. Responder civilmente por seus atos, de seus empregados e de quaisquer pessoas físicas ou

jurídicas a ela vinculadas, que causarem danos a terceiros e à(s) instalação(os) física(s) do Quiosque, cujo uso lhe é permitido, sendo que a ocorrência destes deverá ser imediatamente comunicada ao órgão fiscalizador, para as providências que se fizerem necessárias;

- XXVIII. Restabelecer e manter o imóvel, e os sanitários que o compõem, objeto desta permissão em perfeitas condições de uso, estética, conservação e limpeza, de acordo com as normas estabelecidas pelo PERMITENTE e legislação em vigor;
- XXIX. Acompanhar a vistoria de recebimento do imóvel, apondo a sua assinatura no laudo respectivo;
- XXX. Comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à legislação pertinente;
- XXXI. Manter, durante toda a execução do Termo, a compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no chamamento público.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

**6.1.** Compete à Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação designar formalmente servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento das obrigações contratuais, a fiscalização dos serviços, objeto deste instrumento, ficando o PERMISSIONÁRIO obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a sua realização, facultando o livre acesso ao imóvel e a todos os registros e documentos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em transferência de responsabilidade à PMS.

**6.2.** A responsabilidade pela fiscalização do uso do imóvel público pelo PERMISSIONÁRIO poderá ser em conjunto com o Município, quando necessário, exceto quando se tratar de matéria cuja competência e fiscalização seja privativa de outro órgão da Administração Pública, seja ela estadual ou federal, não podendo ser sub-rogado a terceiros por mais conveniente que isto seja.

**6.3.** Caberá ao PERMITENTE verificar se estão sendo cumpridos os termos deste instrumento, e demais requisitos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução, atestando, inclusive, o início das atividades do PERMISSIONÁRIO.

**6.4.** A fiscalização deste Termo de Permissão será exercida no interesse exclusivo do PERMITENTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade do PERMISSIONÁRIO por qualquer irregularidade.

**6.5.** O PERMISSIONÁRIO será avaliado quanto à qualidade, prazo e relacionamento na prestação dos serviços com os usuários.

**6.6.** O não recebimento proposital de qualquer notificação expedida pela PMS, por parte do PERMISSIONÁRIO poderá acarretar penalidades, garantindo-se ao notificado, o direito de defesa na forma da lei.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

**7.1.** Em caso de inexecução total ou parcial, inclusive não atendimento das determinações da fiscalização, o PERMISSIONÁRIO estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a)** ADVERTÊNCIA por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
- b)** MULTAS, que serão aplicadas, conforme abaixo, limitadas a 10% (dez por cento) sobre o valor mensal pela outorga da permissão:
  - b.1)** 3% (três por cento) sobre o valor mensal, no caso de descumprimento de obrigações indicadas nos itens I a XII do subitem 5.2.
  - b.2)** 7% (sete por cento) sobre o valor mensal, no caso de descumprimento de obrigações indicadas nos itens XIII a XVI do subitem 5.2.
  - b.3)** 10% (dez por cento) sobre o valor mensal, no caso de descumprimento de obrigações indicadas nos itens XVII a XXXI do subitem 5.2.;

**7.2.** O PERMISSIONÁRIO não incorrerá em penalidades quando o descumprimento dos prazos e/ou obrigações estabelecidos resultar de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

**7.3.** A multa não impede que o PERMITENTE rescinda unilateralmente o termo.

**7.4.** O valor das multas será cobrado mediante notificação extrajudicial, independentemente da adoção da medida judicial competente.

**7.5.** A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções previstas no subitem 7.1, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**7.6.** É facultado ao PERMISSIONÁRIO interpor recurso, dirigido ao Prefeito do Município, contra a aplicação, por decisão do Secretário da pasta correspondente, das penas de advertência ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

**7.7.** Independentemente das sanções legais cabíveis, ao PERMISSIONÁRIO ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao PERMITENTE pelo descumprimento das obrigações.

**7.8.** As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a)** Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o PERMISSIONÁRIO será notificada, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia que será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação;
- b)** A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c)** Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do PERMISSIONÁRIO, ao Prefeito.

**7.9.** As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do PERMITENTE.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO DO TERMO**

**8.1.** Os casos de revogação do termo de permissão serão motivados, sendo assegurado o contraditório e ampla defesa na forma da lei.

**8.2.** A revogação deste Termo não elidirá a aplicação de penalidades cabíveis pelas infrações praticadas pelo PERMISSIONÁRIO.

**8.3.** Constituem, dentre outros, motivos para a revogação deste Termo, assegurando-se ao PERMISSIONÁRIO o direito de ampla defesa e contraditório, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento (ciência) da notificação emitida pela Autoridade competente:

- I** – O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas desse Termo de Permissão Remunerada de uso, especificações e prazos;
- II** – A não utilização do imóvel, bem como a paralisação da atividade comercial sem justa causa e prévia comunicação à Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- III** – o atraso injustificado para início as atividades;
- IV** – A cessão ou transferência a terceiros, a qualquer título, o empréstimo ou sublocação, no todo ou em parte, seja de forma gratuita ou onerosa, ou sob qualquer forma que permita a



terceiros o uso desta, ainda que tenha a mesma finalidade;

**V** – A modificação da finalidade ou da estrutura do PERMISSIONÁRIO que prejudique a execução deste instrumento;

**VI** – O desatendimento das determinações regulares da PMS, por meio do fiscal designado para acompanhar e fiscalizar o Termo de Permissão, assim como as de seus superiores;

**VII** – a recusa reiterada no recebimento de Notificações do PERMITENTE;

**VIII** – o cometimento reiterado de faltas decorrentes do uso do bem e exploração da atividade, anotados pela fiscalização da PMS;

**IX** – Decretação de falência da sociedade empresária ou do empresário individual;

**X** – Dissolução da sociedade ou falecimento do empresário individual;

**XI** – razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidência da PMS, no processo administrativo de permissão de uso;

**XII** – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Termo de Permissão;

**XIII** – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**XIV** – o não pagamento do valor fixado pelo PERMISSIONÁRIO conforme estabelecido no subitem 3.1 deste Termo de Permissão e o descumprimento do eventual acordo de parcelamento;

**XV** – O descumprimento das penalidades impostas por infrações;

**XVI** – a não manutenção, durante a utilização do bem, em compatibilidade com as obrigações assumidas, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no chamamento;

**8.4.** Conforme previsto na Cláusula 4 deste Termo de Permissão, o atraso no pagamento de duas parcelas, consecutivas ou intercaladas, referente à permissão de uso, implicará na revogação do Termo, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

**8.5.** A revogação será determinada por ato unilateral e escrito da Administração.

**8.6.** Extinta a permissão, seja pela expiração do seu prazo ou em razão de revogação do Termo, será notificado o PERMISSIONÁRIO para a entrega do imóvel, no prazo assinalado na referida notificação.

**8.6.1.** Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a entregar o imóvel, objeto deste Termo, no prazo assinalado, inteiramente desimpedido, em perfeito estado de conservação e uso, para imediata devolução do bem ao PERMITENTE.

**8.7.** Extinto, por qualquer hipótese, este Termo de Permissão ou se após regular procedimento administrativo for constatado o abandono do imóvel pelo PERMISSIONÁRIO, poderá o PERMITENTE, através dos meios de que dispuser, promover a remoção compulsória de quaisquer bens, pertençam eles ao PERMISSIONÁRIO, a seus prepostos, fornecedores, contratantes e/ou contratados, ficando o PERMISSIONÁRIO responsável pelo ressarcimento das despesas de remoção e/ou guarda dos bens.

**8.7.1.** A PMS notificará o PERMISSIONÁRIO diretamente ou por edital de citação, concedendo-lhe prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento da notificação ou da publicação do edital, para a retirada dos bens.

**8.7.2.** Decorrido o prazo estabelecido no item anterior, sem que os bens tenham sido retirados, ficará a PMS autorizada a proceder a sua alienação em leilão, a fim de se ressarcir de eventuais débitos do PERMISSIONÁRIO.

#### **CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**9.1.** O PERMISSIONÁRIO poderá fazer uso de Engenheiros de Publicidade (Letreiros) no quiosque, para a exibição da identidade de sua empresa, desde que estejam dentro dos padrões definidos pela Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação e seu projeto seja previamente avaliado e autorizado por esta.

**9.2.** Regem a presente permissão, sem prejuízo das demais normas integrantes do ordenamento jurídico brasileiro, a Lei Orgânica do Município de Saquarema, a Lei Federal nº 8.666/93, além das disposições aqui previstas.

**9.3.** Na interpretação das normas e disposições constantes do presente Termo deverão ser consideradas as regras gerais de hermenêutica, normas e princípios que regem a Administração Pública e os seus contratos administrativos.

**9.4.** Integram o presente instrumento, o Edital de Chamamento Público nº 003/2021, seu Termo de Referência e demais anexos e a Proposta Comercial do PERMISSIONÁRIO, como se nele estivessem transcritos, estando aos mesmos vinculados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

**10.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Saquarema, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Termo de Permissão que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estado do Rio de Janeiro  
MUNICÍPIO DE SAQUAREMA  
**Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação**  
Edital de Chamamento Público nº 003/2021

Processo nº 12256/2020

Folha \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Termo, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

**Saquarema, 01 de outubro de 2021.**

**Hailson Alves Ramalho**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, RECEITA E TRIBUTAÇÃO**

PERMITENTE

**José Nunes Neto**

PERMISSIONÁRIO

Testemunhas:

1. Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Ass. \_\_\_\_\_

2. Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ Ass. \_\_\_\_\_